

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.258 - RJ (2019/0050756-2)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : JOSE MAURO SANTOS DA SILVA
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA - RJ107183
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MILITAR. PROMOÇÃO EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO A SUBOFICIAL. TEMPO MÍNIMO DE EFETIVO EXERCÍCIO NA GRADUAÇÃO DE PRIMEIRO-SARGENTO NÃO CUMPRIDO. ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DO FEITO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fls. 226-227):

ADMINISTRATIVO. MILITAR. CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO. CARGO DE PROFESSOR. PROMOÇÃO.

1. A correta interpretação que se extrai do art. 62 do Estatuto dos Militares é no sentido de que, por ocasião da passagem para a reserva remunerada, o militar não terá progressão de proventos, ou seja, terá seus proventos calculados com base no soldo do posto ou graduação por último ocupado na ativa.
2. O apelante sustentou que sua passagem para a reserva remunerada teve caráter provisório e por isso computável como tempo de efetivo serviço, no entanto, a redação originária do art. 98, XIV, do Estatuto dos Militares previa a passagem para a reserva remunerada ex officio quando o militar passasse a exercer o magistério. Assim, poderia o autor optar pelo cargo civil, hipótese em que permaneceria na reserva não remunerada, ante a impossibilidade de acumular vencimentos e proventos, conforme restou decidido pelo E. STF.
3. A natureza do cargo público ocupado não se altera face à transitoriedade com que o autor a ocupou.
4. Inaplicável a disposição do art. 81, III, do Estatuto dos Militares, pois não era a hipótese de permanecer agregado enquanto pendia o julgamento definitivo no processo nº 96.0009708-9, mas de transferência para a reserva remunerada.
5. O Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica dispõe acerca dos requisitos necessários para a promoção das praças, dentre os quais o interstício que é definido como o período mínimo de efetivo serviço na

graduação, contado a partir da data da promoção, necessário para o militar adquirir conhecimentos e experiência imprescindíveis ao exercício dos cargos atribuídos à graduação imediatamente superior (art. 16, §1º). Assim, forçoso concluir que o tempo em que o apelante esteve afastado da Força Aérea não deve ser computado como tempo de efetivo serviço para fins de promoção à graduação de suboficial.

6. Ademais, a conclusão do Curso de aperfeiçoamento de Sargentos não é o único requisito necessário para que o militar seja incluído no quadro de acesso à promoção.

7. Não merece ser acolhido o argumento segundo o qual foi negada vigência ao art. 475-0, II, do CPC/1973, incluído neste diploma através da Lei nº 11.232/2005, portanto, em momento posterior ao trânsito em julgado do processo nº 96.0009708-9 ocorrido em 10/08/2005.

8. Apelação desprovida.

Os embargos de declaração foram rejeitados, conforme ementa de e-STJ fl. 278.

No recurso especial o recorrente alega violação dos arts. 588, III, do Código de Processo Civil/1973 e 81, III, 82, XIII e § 3º, 84, e 86, parágrafo único, da Lei 6.880/1980, ao argumento de que possui tempo de serviço para ascender à graduação de Suboficial, pois o tempo que trabalhou como professor e encontrava-se na reserva deve ser contado como tempo percorrido na graduação de Primeiro Sargento.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 312).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 353-357).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

Quanto à questão de fundo, ou seja, o direito do recorrente à promoção pleiteada, a Corte de origem, mantendo a sentença de primeiro grau, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão no sentido de que não foram preenchidos todos os requisitos necessários para satisfazer a pretensão do autor. Confira-se (e-STJ fls. 224-225):

Considerando que o período em que ficou afastado do serviço militar não poderia ser computável como tempo de agregação, de igual modo não há que falar em tempo de efetivo serviço na graduação de Primeiro -Sargento. Ademais, dispõe o art. 16, §1º do Regulamento para Promoções dos Graduados da Aeronáutica (REPROGAER):

Art. 16. Condições de acesso é o requisito essencial que compreende interstício, aptidão física e condições peculiares a cada graduação, nos diferentes quadros, para a promoção à graduação superior.

§1º Interstício é o período mínimo de efetivo serviço na graduação, contado a partir da data da promoção, necessário para o militar adquirir conhecimentos e experiência imprescindíveis ao exercício dos cargos atribuídos à graduação imediatamente superior. (Grifo nosso)

Extrai-se do dispositivo que o interstício é o tempo em que o militar exerce as funções inerentes a sua graduação e que lhe permitem adquirir conhecimentos imprescindíveis ao exercício da graduação superior, o que não foi observado

no presente caso, pois estando o apelante afastado do serviço militar, deixou de exercer as funções inerentes a graduação de Primeiro -Sargento, as quais, segundo o regulamento acima, são imprescindíveis para o acesso à graduação subsequente.

7. Esclareça-se que a Portaria nº 4.928/3RJ, de 09/11/2006, que determinou o retorno do autor ao serviço ativo, assim dispôs no item 11 (fl. 45): *Em consequência, o mesmo retorna ao serviço ativo da Aeronáutica, sendo considerado reincluído na data de sua apresentação na Unidade.* O Estatuto dos Militares, no capítulo em que disciplina o cômputo do tempo de serviço, assim dispõe no art. 134, §3º:

Art. 134. Os militares começam a contar tempo de serviço nas Forças Armadas a partir da data de seu ingresso em qualquer organização militar da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica.

§ 3º *O militar reincluído recomeça a contar tempo de serviço a partir da data de sua reinclusão.* (Grifo nosso)

Nesse sentido, forçoso concluir que o tempo em que o apelante esteve afastado da Força Aérea não deve ser computado como tempo de efetivo serviço para fins de promoção à graduação de suboficial.

8. Em razão da impossibilidade do cômputo do período em que o apelante esteve afastado da FAB como de efetivo serviço, resta prejudicada a análise referente ao paradigma apontado, qual seja, o Primeiro-Sargento Ricardo Rodrigues de Lima. Ademais, o autor não juntou documentos hábeis à conferência da identidade da matéria tratada, o que impede a análise do pedido.

9. No que tange à conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, em 2008, verifica-se que não é o único requisito necessário para que o militar seja incluído no quadro de acesso à promoção, como se verifica no art. 15 do Decreto nº 881/1993. Assim, o só fato de ter concluído o curso com êxito não confere ao militar o direito à promoção.

Desse modo, infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem pressupõe reexaminar o arcabouço fático-probatório do feito, o que é obstado em sede de apelo especial, por força da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator